

ALERTA DO BANCO DE CABO VERDE

RISCOS DAS MOEDAS VIRTUAIS (CRIPTO-MOEDAS)

1. Introdução

O presente alerta é emitido para assinalar os riscos em que pode incorrer quem adquire, detém ou negocia moedas virtuais, ou cripto-moedas, como a *Bitcoin*, considerando a popularidade crescente que vêm assumindo a nível mundial.

As autoridades de supervisão por todo o mundo têm emitido inúmeros avisos sobre os riscos associados às moedas virtuais, com destaque para a Autoridade Bancária Europeia, a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados e a Autoridade Europeia dos Seguros e das Pensões Complementares de Reforma, afirmando que as operações com moedas virtuais apresentam um elevado risco e não oferecem qualquer proteção aos consumidores – pelo facto de não serem garantidas por um banco central ou autoridade nacional, não serem moedas com curso legal e serem muito insuficientemente reguladas. Além do mais, tem sido comprovado, em alguns casos, a sua associação a esquemas ilícitos, como a lavagem de capitais.

As moedas virtuais não se confundem com o conceito de moeda eletrónica, cujo quadro regulatório se encontra em fase avançada de aprovação pelas autoridades nacionais.

Apesar de em Cabo Verde ainda não existirem sinais da sua utilização generalizada, este alerta justifica-se por as cripto-moedas serem acessíveis *online* em qualquer parte do mundo, através da Internet e apelarem a investidores mais jovens e vocacionados para a sociedade digital.



2. O que são?

As moedas virtuais ou cripto-moedas, como a *Bitcoin*, não têm curso legal, ou seja, não é obrigatória a sua aceitação generalizada como meio de pagamento de bens e serviços adquiridos e não são emitidas ou garantidas por um banco central ou outra autoridade nacional. A sua utilização como meio de pagamento depende exclusivamente da vontade da contraparte.

Podemos separar as moedas virtuais em três categorias: Cripto-moedas, *Utility Tokens* ou *App Coins* e *Security Tokens*.

As Cripto-moedas são moedas virtuais descentralizadas que utilizam métodos de computação matemática e encriptação para regular a emissão de unidades de moeda e verificar as transferências de fundos. Podem ser adquiridas com dinheiro convencional numa plataforma de negociação, sendo depois transferidas para uma conta personalizada designada por “carteira digital”. Utilizando essa carteira, os consumidores podem enviar as cripto-moedas por via eletrónica para qualquer pessoa que esteja disposta a aceitá-las, ou reconvertê-las em moeda fiduciária convencional (como o Escudo Cabo-verdiano, o Euro, ou o Dólar dos Estados Unidos da América), caso encontrem alguém interessado em fazê-lo – e isso não é de forma alguma garantido.

Os Utility Tokens ou App Coins são contratos de compra e venda de serviços ou produtos disponibilizados no futuro, normalmente a desconto. Funcionam como um cupão para aceder a determinado bem ou serviço no futuro através de uma oferta inicial de moeda (ICO). Um nome mais adequado para este tipo de oferta inicial seria “evento de geração ou distribuição de *token*”, uma vez que não originam uma participação numa empresa.

Por fim, os Security Tokens, que são direitos de participação ou de voto numa empresa, lançados através de ICO, com o objetivo de financiar o desenvolvimento de novas cripto-moedas ou levantar capital para um projeto. Funcionam como



investimentos, nos quais o investidor fica com uma participação sobre o capital da empresa, lucros, ativos ou estatuto de credor.

3. Riscos associados

Dificuldade em conversão das moedas

Em Cabo Verde o sistema financeiro não permite trocar por Escudos a moeda virtual. O mesmo vale para a generalidade dos sistemas financeiros europeus e americano. O risco de inconvertibilidade é muito elevado.

As moedas virtuais são extremamente voláteis

Os preços das moedas virtuais estão sujeitos a uma elevada volatilidade: nos primeiros três meses de 2018, a “capitalização bolsista” do aglomerado de todas as cripto-moedas desvalorizou cerca de 53%, de um máximo registado de 835 mil milhões para 390 mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Se os investidores decidirem comprar produtos financeiros baseados em moedas virtuais, ou adquirir moedas virtuais para beneficiar da sua potencial valorização, devem ter consciência de que podem perder uma grande quantidade, ou a totalidade, do dinheiro aplicado.

Perda de capital nas plataformas de negociação

A aquisição de moedas virtuais pode ser feita mediante a compra direta a alguém que as detenha ou através de uma plataforma de negociação. Estas plataformas não são, em regra, reguladas. Até à presente data, registaram-se uma série de casos de encerramento de plataformas de negociação - parte deles devido a ações de pirataria (*hacking*) levadas a cabo por terceiros.

Os investidores em moedas virtuais devem estar cientes de que as plataformas de negociação não são bancos que recebem a sua moeda virtual através de depósitos. Quando uma plataforma de negociação sofre perdas ou fica insolvente, não existe qualquer mecanismo legal específico de proteção – por exemplo, um sistema de



garantia de depósitos público e comum a todas as plataformas – que cubra as perdas de fundos nela detidos, mesmo que a plataforma se encontre registada junto de uma autoridade regulatória nacional.

Furto ou extravio das carteiras digitais

Ao adquirir moeda virtual, esta é armazenada numa “carteira digital”, localizada *online*, num serviço de *cloud*, ou em suporte físico, num computador, disco externo ou *smartphone*. As carteiras digitais possuem uma chave pública, e uma chave secreta ou palavra-passe que lhe permite o acesso às mesmas. Contudo, são vulneráveis a ataques de piratas informáticos (*hackers*). Assim, o valor guardado nestas carteiras pode, à semelhança do que sucede nas carteiras convencionais, ser furtado.

Além disso, perdendo a chave ou palavra-passe da sua “carteira digital”, o investidor perde, definitivamente, o acesso à moeda virtual. Não há agências centrais que registem as palavras-passe em vigor ou emitam palavras-passe substitutas.

Informação e documentação inadequada

A informação disponibilizada aos investidores é, em grande medida, incompleta e, por vez enganadora. Nos ICO, em vez de ser disponibilizado um prospeto que contenha informação completa e verdadeira sobre o produto a ser oferecido, a prática a que se tem assistido é a de disponibilizar um documento simples denominado “*White Paper*”, o qual pode ter informação não objetiva, incompleta, pouco clara ou não esclarecedora. Por norma, é necessário um elevado grau de conhecimento técnico para entender as características e os riscos das moedas virtuais e a documentação não é sujeita a qualquer controlo ou aprovação regulatória.

A utilização de moedas virtuais como meio de pagamento não protege o consumidor

Ao utilizar moedas virtuais como meio de pagamento de bens e serviços, os consumidores não estão protegidos por quaisquer direitos de reembolso. Os pagamentos não autorizados ou incorretamente realizados através de uma carteira



digital não são, por norma, passíveis de reversão. Ainda, a aceitação de moedas virtuais como meio de pagamento é incerta, uma vez que não está garantida a conversão das moedas virtuais em moedas com curso legal, como o Escudo Cabo-verdiano ou o Euro, e não permitida a sua conversão no solo pátrio cabo-verdiano.

As transações em moeda virtual podem ser objeto de utilização indevida em atividades criminosas, incluindo a lavagem de capitais

As transações em moedas virtuais são públicas, mas não os seus detentores e beneficiários. As transações são em larga medida insuscetíveis de rastreio e facultam um elevado grau de anonimato aos seus utilizadores. Existe, assim, a possibilidade de as moedas virtuais serem utilizadas para a realização de transações associadas a atividades criminosas, incluindo a lavagem de capitais.

